

Procedimento Administrativo N.º **013/2017**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Assunto: **AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA CURSO DE
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PESSOAL**

Curso: ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86.

(Lei Federal n.º 8.666/93 – art. 25, c/c Lei Estadual PR 15.608/2007 – art. 33, II).

Valor R\$ 900,00.

Contratada: **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM
GESTÃO PÚBLICA – ME**

NS Treinamentos e Capacitação Profissional em Gestão Pública.
CNPJ 12.137.995/0001-16

Autuação 11 de setembro de 2017.

Santo Antônio do Caiuá – PR.



Diretor Geral
Câmara Municipal



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Número: 13

Ano: 2017

Licitação

Procedimento de ☒ **INEXIGIBILIDADE** – Artigo 25, da Lei 8.666/93, c/c Artigo 33, Inc. II, da Lei Estadual PR 15.608/2007.

☐ **DISPENSA –**

☐ **PREGÃO**

☐ **COMPRA DIRETA**

☐ _____

Objeto:

AQUISIÇÃO DE DUAS INSCRIÇÕES PARA O CURSO “ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86”, Maringá – PR.

*Promovido pela NS TREINAMENTOS – Schneider Treinamento e Capacitação Profissional em Gestão Pública.
Data de 13/09 a 15/09/2017.
Local: Hotel Ibis Budget, Maringá – PR.*



REQUISIÇÃO DE COMPRA

Ao Sr. Presidente
JOÃO CARLOS DE SOUZA

Ante o interesse na participação do curso "ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86" a ser realizado pela empresa SCHNEIDER TRINAMENTO E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - ME, no período de 13/09 a 15/09/2017, na cidade de Maringá – PR, conforme folder anexo.

O valor de cada uma das inscrições é de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 900,00 (novecentos reais).

Justifica-se a aquisição das inscrições para fins de aperfeiçoamento pessoal dos interessados, eis que o tema do curso é de importância para o desenvolvimento dos trabalhos legislativos.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 11 de setembro de 2017.

Atenciosamente,

MARISA ARAÚJO DE OLIVEIRA – CPF 028.948.309-39

M. Oliveira

Nicanora Ap. F. P. Carniel

NICANORA APARECIDA FERREIRA PEREIRA CARNIEL – CPF 865.720.089-91
Solicitantes

04



Treinamentos e Capacitação Profissional
uma Norma Ética Profissional

Convida

CURSO em MARINGÁ / Pr- 13 a 15 DE SETEMBRO 2017

Tema:

- ⇒ **ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL**
⇒ **ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86**

Programação

Dia 13/09/2017 - Das 09:00h as 11:00h

- ⇒ Inscrições e credenciamento dos Alunos.
- ⇒ Entrega das Apostilas e material de apoio.
- ⇒ Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

Dia 13/09/2017 - Das 14:00h as 17:00h

Orçamento Impositivo no Município e a aplicabilidade da EC nº 86.

Professor: (Dr. Rogério Calazans)

Dia 14/09/2017 - Das 09:00h as 17:00h

Orçamento Público Municipal na prática - Elaboração e Análise do PPA e LOA na Câmara Municipal.

Professor: (Dr. Bruno Grego Santos)

Dia 15/09/2017 - Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.

Temário

ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL

PPA:

- ☛ Legislação que institui o Plano Plurianual;
- ☛ Objetivos e componentes do Plano Plurianual;
- ☛ Monitoramento e avaliação do Plano Plurianual;
- ☛ Revisão do Plano Plurianual;
- ☛ Prática na elaboração do novo modelo do PPA;
- ☛ Prazos de encaminhamento e análise do PPA.

LOA:

- ☛ Fundamentos e Legislação aplicável a LOA;
- ☛ Objetivos da Política Orçamentária;
- ☛ Funções e Princípios do Orçamento Público;
- ☛ A relação da LOA com o PPA e a LDO;
- ☛ Emendas Parlamentares a LOA;
- ☛ Créditos Adicionais, Suplementares e Especiais;
- ☛ A elaboração, Discussão e Aprovação da LOA;
- ☛ Cadastro de Programas, Projetos e Ações na LOA;
- ☛ Tramitação no Poder Legislativo - Sanção e Veto.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86

- ☛ Notas introdutórias sobre Orçamento Impositivo;
- ☛ Os Vereadores e as Emendas ao Orçamento Impositivo;
- ☛ Possibilidades e impedimentos de ordem técnica;
- ☛ Procedimentos de adoção das Emendas Impositivas;
- ☛ Vetos do Poder Executivo e a obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira;
- ☛ A importância e benefícios do uso do Orçamento Impositivo pelos Vereadores para suas bases de atuação.

Inscrições

Site:
www.nstreinamentos.com.br

Telefones:
NS Treinamentos - (45) 99837-0304
Normélio Schneider - (45) 99934-1188
E-mail
contato@nstreinamentos.com.br

Local

HOTEL IBIS BUDGET
Maringá - Pr.
44-3302-2400

Investimento

VALOR DA INSCRIÇÃO:

R\$ - 700,00

Incluso material de apoio,
apostilas, certificado e
coffee-break

Pagamento

Depósito em nome de:

SCHNEIDER TREINAMENTO E
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
EM GESTÃO PÚBLICA
AG 4639-6 - C/C 7.000-9
Banco do Brasil
CNPJ 12.137.995/0001-16

Entrega de Certificado somente
com mínimo de 75% de
participação.

SEJAM BEM VINDOS
www.nstreinamentos.com.br

PÚBLICO ALVO:

Dirigentes de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, Assessoria Parlamentar, bem como aos Prefeitos, Presidentes e Vereadores que são os gestores destas entidades e que respondem pela Prestação de Contas junto aos Tribunais.

CURRICULUM:**Dr. ROGÉRIO CALAZANS**

Advogado especialista em direito público, Professor Universitário de Direito Constitucional e Administrativo, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Câmaras Municipais - ABRACAM, Consultor jurídico de diversas Câmaras e Prefeituras no Estado do Paraná e MT.

CURRICULUM:**Dr. BRUNO GREGO SANTOS**

Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

OBJETIVO:

A NS-TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.



Treinamento e Capacitação
em Gestão Pública

SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
CNPJ/MF 12.137.995/0001-16
Rua: Ramiro Barcelos – 152 - MARIPÁ – PR.

ORÇAMENTO

Para:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ-PR

Atendendo solicitação desta Douta Câmara Municipal, encaminho ORÇAMENTO.

Objeto: Curso sobre **Orçamento Público na prática – Elaboração e Análise do PPA e LOA na Câmara e Orçamento Impositivo no Município.**

Data: 13 a 15 de Setembro de 2017

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 450,00 para 02 participantes = R\$ 900,00 (Novecentos reais) total.

Forma de pagamento: À vista, após realização do curso. Inclui material, slides, despesas, impostos e demais encargos.

Duração: Três (03) dias.

Validade do Orçamento: 30 (trinta) dias.

Maripá, em 11 de Setembro de 2017.



NORMELIO SCHNEIDER

Sócio Administrador

NS Treinamentos em Gestão Pública.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

DESPACHO

1. Recebi a presente solicitação nesta data;
2. Encaminhe-se, novamente, a Comissão Permanente de Licitação, para autuação do presente pedido, bem como proceda à pesquisa para contratação da empresa especializada para fornecimento do objeto do processo licitatório;
3. Entende-se estarem presentes os requisitos legais para o processamento da requisição de compra, eis que os interessados pretendem participar de curso visando à capacitação pessoal.
4. Desta forma justifica-se a necessidade e a conveniência para a referida compra.
5. De acordo com o estabelecido no art. 14¹ da Lei Federal n.º 8.666/1993, o Setor de Contabilidade, Orçamento e Tesouraria deverá informar sobre a existência de dotações orçamentárias para tal fim;
6. Após, deverá informar sobre a existência de disponibilidade de recursos para cobrir a despesa;
7. Com estas informações, seja encaminhado à apreciação da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis, para exame e aprovação, quanto à legalidade, nos termos do parágrafo único², do art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/93, informando se o presente caso é ou não enquadrado com hipótese de inexigibilidade de licitação;
8. Atendidas as providências supramencionadas, que seja novamente conclusos os presentes documentos para posterior deliberação e, sendo caso, ratificação e homologação.
9. Cumpra-se.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 11 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente

¹ Lei de Licitações n.º 8.666/93. Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização do seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de que lhe tiver dado causa.

² Lei de Licitações n.º 8.666/93. Art. 38. Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso; II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite; III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite; IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem; V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora; VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade; VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação; VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões; IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente; X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso; XI - outros comprovantes de publicações; XII - demais documentos relativos à licitação. Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Para o Sr. Presidente
JOÃO CARLOS DE SOUZA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Em atendimento ao despacho de Vossa Excelência, vimos, através do presente, autuar o procedimento licitatório, o qual passará a ser reconhecido pelo número supra indicado, bem como informar que nos termos do material de divulgação apresentado pelos requerentes, a Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, contratará diretamente a empresa **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME**, nome fantasia NS TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA, CNPJ n.º 12.137.995/0001-16, com sede na Rua Ramiro Barcelos, n.º 152, Centro, CEP 85.955-000, na cidade de MARIPÁ – PR, e-mail: contato@nstreinamentos.com.br, para fins de fornecimento de serviços técnicos especializados, qual seja fornecimento de curso de capacitação pessoal, por meio da aquisição de duas (2) inscrições para o curso “ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86”.

Cada uma das inscrições custará o montante de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Outrossim, esperamos a emissão de parecer jurídico a respeito da modalidade de licitação a ser adotada para a contratação em questão.

Ademais, aguardamos informações dos setores de Contabilidade, Orçamento e Tesouraria sobre as disponibilidades orçamentária e financeira para a aludida compra.

Razões pelas quais, aguardamos orientações quanto aos procedimentos a serem adotados, especialmente se se trata de caso de dispensa de licitação.

Respeitosamente,

Sala Licitação, 11 de setembro de 2017.

Comissão Permanente de Licitação:

Presidente

Membro

Membro



NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)		NIRE DA FILIAL (preencher somente se a filial for diferente da sede)	
NORMÉLIO SCHNEIDER			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		Separado(a) judic.	
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)		
M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>			
FILHO DE (pai)		(mãe)	
GUIDO SCHNEIDER		HEDA SCHNEIDER	
NASCIMENTO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF
41-01-961	2.183.197-2	SSP	PR
CPF (número)			
645.000.049-04			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LUGAR DOURO - rua, av, etc.)			NÚMERO
RUA RAMIRO BARCELOS			152
COMPLEMENTO	BARRIO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uma da Junta Comercial)
	CENTRO	85955-000	
MUNICÍPIO	UF		PAÍS
MARIPÁ	PR		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do PARANÁ:			
CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	080	INSCRIÇÃO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL			
SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA			
LUGAR DOURO (rua, av, etc.)			NÚMERO
RUA RAMIRO BARCELOS			152
COMPLEMENTO	BARRIO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uma da Junta Comercial)
	CENTRO	85955000	
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MARIPÁ	PR		
VALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)		
1.000,00	HUM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
8599-6/04	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL		
ATIVIDADES SECUNDÁRIAS			
8599-6/99	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL		
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF	UF
01-07-2010		NIRE anterior	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/apostado/gerente)			
SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA			
DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
17-06-2010			

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE
Junta Comercial do Paraná
Daniel de Andrade
RG 3.285.371-4
Escritório de Assis Chateaubriand

24 JUN 2010

AUT

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
CERTIFICO O REGISTRO EM 24/06/2010
SOB NÚMERO 4110684861
Protocolo: 10/653763-0, DE 24/06/2010

SECRETARIO - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
LUIZ CARLOS SALVARO
SECRETARIO GERAL

Junta Comercial do Paraná
Daniel de Andrade
RG 3.285.371-4
Escritório de Assis Chateaubriand

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

10

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
12.137.995/0001-16
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
24/06/2010

NOME EMPRESARIAL
SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
NS TREINAMENTO E CAPAC. PROF. EM GESTAO PUBLICA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
R RAMIRO BARCELOS

NÚMERO
152

COMPLEMENTO

CEP
85.955-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
MARIPA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(44) 3687-1000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/06/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/09/2017 às 15:03:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85.955-000 - Fone/Fax (44) 3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br / site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ: 95.583.571/0001-02



CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS

Nº 1517/2017

Emitida em: 11/09/2017

[CONTRIBUINTE]

Nome/Razão:	SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA-ME	Código:	83615
CNPJ/CPF:	12.137.995/0001-16		
Endereço:	Rua RAMIRO BARCELOS, 152		
Complemento:			
Bairro:	CENTRO	Cidade:	Maripá - PR

[FINALIDADE]

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos Órgãos competentes desta Prefeitura, sobre a Pessoa Jurídica/Física, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** referentes a Tributos Municipais, vencidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas sobre a Pessoa Jurídica/Física acima identificada que vierem a ser apuradas.

A presente CERTIDÃO é válida sem rasuras até 10/11/2017 e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

Maripá - PR, 11 de setembro de 2017

ANEXO IV

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO
INCISO XI DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da
IN RFB nº 1.244/2012)

Ilmo. Sr.

NOME EMPRESA TOMADORA

SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM
GESTÃO PÚBLICA, com sede na Rua Ramiro Barcelos, 152 - Centro, no Município de Maripá,
estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 12.137.995/0001-16 DECLARA à (NOME DA
EMPRESA TOMADORA), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social
sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
(Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de
dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de
Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples
Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão,
os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem
como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação
patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a
legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de
informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente,
eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas
informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as
demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária,
relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -
Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de
1990).

Maripá-Pr, 01 de Dezembro de 2013.



NORMELIO SCHNEIDER
Diretor/Proprietário



Prefeitura do Município de Maripá

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - Centro - CEP 89.955-000
e-mail: tributacao@maripa.pr.gov.br - Fone/Fax: (44)3687-1262

13

Alvará de Licença para Funcionamento

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, ESTADO DO PARANÁ, CONCEDE O PRESENTE ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, ENQUANTO SATISFEITAS AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 742	DATA DE ABERTURA 01/07/2010	ALVARA Nº 182/2017	VALIDO ATÉ 31/12/2017
CPF / CNPJ 12.137.995/0001.16		RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL	
NOME / RAZÃO SOCIAL SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA-ME			
NOME FANTASIA / SOBRENOME NS TREINAMENTO E CAPAC. PROF. EM GESTAO			
LOGRADOURO RUA RAMIRO BARCELOS			NÚMERO 152
CEP 85.955.000	BAIRRO CENTRO	COMPLEMENTO	
ATIVIDADE PRINCIPAL Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 8599.6/04.00			
ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S) 8599.6/99.00 Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			

Horário para Funcionamento

Segunda à Sexta-feira:	LIVRE até LIVRE
Sábado:	LIVRE até LIVRE
Domingo:	LIVRE até LIVRE

MARIPA, 23 de janeiro de 2017.

LIDIA INES BENOVIK KURTZ
Secretária de Finanças

Secretaria de Finanças

Coordenadoria de Tributação



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME
CNPJ: 12.137.995/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 14:07:09 do dia 11/09/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/03/2018.

Código de controle da certidão: **56CD.FFDD.5632.268E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 016873511-09

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.137.995/0001-16**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/01/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição:	12137995/0001-16
Razão Social:	SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GES
Nome Fantasia:	NS TREINAMENTO E CAPAC PROF EM GESTAO PUBLICA
Endereço:	RUA RAMIRO BARCELO 152 / CENTRO / MARIPA / PR / 85955-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2017 a 04/10/2017

Certificação Número: 2017090503360186758863

Informação obtida em 11/09/2017, às 15:03:17.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.calxa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.137.995/0001-16

Certidão n°: 136789948/2017

Expedição: 11/09/2017, às 15:05:58

Validade: 09/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 12.137.995/0001-16, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ASSESSORIA JURÍDICA

Procedimento Administrativo n.º 13/2017, Inexigibilidade de Licitação.

Iniciativa: Poder Legislativo.

Síntese: Trata-se de procedimento administrativo para aquisição de três inscrições para o curso "ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86", sob a responsabilidade da NS TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA (SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME).

PARECER JURÍDICO N.º 25/2017

Trata-se de procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação, processado com o objetivo de autorização para a aquisição de inscrições (duas) em curso de capacitação, a ser ministrado sob a responsabilidade da empresa **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME**, conforme indicado pela Comissão de Licitações.

Mesmo sendo dispensável, pelo presente parecer recomenda-se a adoção da inexigibilidade por se tratar de contratação de empresa para fornecimento de serviço específico, qual seja fornecimento de curso de capacitação e treinamento pessoal, no caso, os Vereadores requerentes.

O Art. 33, inciso II da Lei Estadual (PR) 15.608/2007 dispõe que:

*Lei 15.608/2007. Art. 33. É inexigível a licitação:
(...)*

II- para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 21 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresa de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

O artigo 21 citado no dispositivo supra define serviços técnicos profissionais especializados:

*Lei 15.608/2007. Art. 21. (...)
II- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.*

Do mesmo modo, aplica-se a regra nacional para a inexigibilidade prevista no art. 25 da Lei n.º 8.666/93.

No presente caso, a aquisição das inscrições, no valor individual de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), em razão da particularidade da contratação, a instituição é exclusiva e única no fornecimento do tema proposto, inviabiliza-se a competição.

Mas, mesmo sendo hipótese de inexigibilidade de licitação, enquadrada no inciso II do art. 34 da Lei 15.608/2007, recomenda-se a observação no disposto no § 4.º no art. 35, quanto à formalização do procedimento licitatório, neste sentido:

*Lei 15.608/2007. Art. 35. A dispensa ou a inexigibilidade de licitação requer sempre ato formal fundamentado da autoridade competente, com exceção das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 34 desta Lei:
(...)*

§ 4.º O processo de dispensa e de inexigibilidade será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:



- I- numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;
- II- caracterização da circunstância de fato que autorizou a providência;
- III- autorização do ordenador de despesa;
- IV- indicação do dispositivo legal aplicável;
- V- indicação dos recursos orçamentários próprios para a despesa;
- VI- razões para escolha do contratado;
- VII- consulta prévia na relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná;
- VIII- justificativa do preço, inclusive com a apresentação de orçamentos ou da consulta aos preços de mercado;
- IX- documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados;
- X- pareceres jurídicos e, conforme o caso, técnicos, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade;
- XI- no caso de dispensas com fundamento nos incisos I e II do art. 34 desta lei, expressa indicação do valor estimado para a contratação, podendo ser dispensada nestas hipóteses a audiência do órgão jurídico da entidade;
- XII- prova de regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como de regularidade para com a Fazenda do Estado do Paraná;
- XIII- prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos/CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRS.

Mostra-se, portanto, possível e adequada à adoção da inexigibilidade de licitação para a aquisição em questão.

Conclusão:

Por tudo isto, tendo em vista que a referida contratação para a aquisição de móveis e outros, conforme consta deste caderno procedimental; é hipótese de dispensa de licitação, em especial, a prevista pelo art. 25, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e no inciso II do art. 33 da Lei 15.608/2007, OPNO pela inexigibilidade da licitação com a aquisição direta das duas inscrições para o objeto indicado, devendo ser encaminhado ao Presidente para ratificação e publicação no prazo legal.

S.M.J.

É o parecer.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 11 de setembro de 2017.


Mário Nielsen Júnior

Adv. OAB/PR 40.734
Assessor Jurídico
Portaria n.º 006/2013



CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E TESOUREARIA

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 13/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Ao Presidente da Câmara Municipal
Sr. JOÃO CARLOS DE SOUZA

Senhor Presidente,

Em atendimento ao determinado no vosso respeitável despacho, quanto à verificação da disponibilidade orçamentária e financeira necessárias para o pagamento da aquisição dos móveis e outros indicados neste caderno procedimental, temos a informar que existe previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento da obrigação, sendo que serão utilizadas as dotações orçamentárias nas seguintes rubricas:

Órgão 01 – Poder Legislativo;
Unidade 01.01 – Câmara Municipal;
Funcional 01.031.001 – Programa do Processo Legislativo;
Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços Legislativos;
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviço de seleção e treinamento.

Disponibilidade financeira, nesta data, para a dotação é de R\$ 42.408,16 (quarenta e dois mil, quatrocentos e oito reais e dezesseis centavos), segue em anexo o demonstrativo orçamentário.

Informa-se, ainda, que verificada a disponibilidade financeira, junto a Tesouraria, tem-se que a mesma existe, sendo assegurado o pagamento da obrigação no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), valor corresponde ao objeto da inexigibilidade de licitação.

Após ratificação e autorização de compra, na dotação indicada restará o saldo de R\$ 41.508,16 (quarenta e um mil, quinhentos e oito reais e dezesseis centavos).

Santo Antônio do Caiuá – PR, 11 de setembro de 2017.

Antônio Heber Costa
Contador
CRC n.º 053.515/O-8
Portaria n.º 002/2013

21

PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUA

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUA						
Órgão: 01 LEGISLATIVO						
Unidade: 01 CÂMARA MUNICIPAL						
Funcional: 01.031.0001.2.001 Manutenção dos Serviços Legislativos						
1	3.1.90.11.00.00.00.00	100001.01.07 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOA	Não	Não	0,00	177.946,71
2	3.1.90.13.00.00.00.00	100001.01.07 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Não	Não	0,00	40.925,63
3	3.1.90.16.00.00.00.00	100001.01.07 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIV	Não	Não	0,00	1.191,02
4	3.3.90.14.00.00.00.00	100001.01.07 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	Não	Não	0,00	4.910,16
5	3.3.90.30.00.00.00.00	100001.01.07 MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	9.120,79
6	3.3.90.33.00.00.00.00	100001.01.07 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Não	Não	0,00	3.573,05
7	3.3.90.35.00.00.00.00	100001.01.07 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	Não	Não	0,00	14.292,19
8	3.3.90.36.00.00.00.00	100001.01.07 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	Não	Não	0,00	1.191,02
9	3.3.90.39.00.00.00.00	100001.01.07 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	Não	Não	0,00	42.408,16
10	4.4.90.52.00.00.00.00	100001.01.07 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	10.408,00

Total da Funcional: 305.966,73

Total da Unidade: 305.966,73

Total do Órgão: 305.966,73

Total da Entidade: 305.966,73

Total Geral: 305.966,73

SANTO ANTONIO DO CAIUA, 11/09/2017

JOÃO CARLOS DE SOUZA
PRESIDENTEMARIA LUIZA DE ALMEIDA
1º SECRETÁRIOANTONIO HEBER COSTA
CONTADOR CRC/PR 053515/O-8JOSON PEREIRA DA SILVA
CONTROLADOR INTERNO

3.3.90.39.48.00.00.00 Serviço de selo e lumenamento



ATA DELIBERAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Procedimento Administrativo n.º 13/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ata de deliberação referente ao procedimento de inexigibilidade de licitação para aquisição de taxas (duas) de inscrição no Curso "ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86" que será promovido pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, no período de 13 a 15 de setembro de 2017, na cidade de Maringá – PR.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezessete (17h00min) horas, nas dependências da Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, Estado do Paraná, em sessão pública, sob a presidência de BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS, tendo como membros Antônio Heber da Costa e Ronaldo Campos de Souza, reuniu-se a comissão de licitação designada pela Resolução n.º 02/2017, para deliberarem sobre o procedimento de Inexigibilidade de Licitação sob n.º 13/2017.

Aberta a sessão pela Presidente, decidiu-se, por unanimidade, pela inexigibilidade, conforme o que consta deste caderno procedimental e do relatório de justificativa para inexigibilidade de licitação que segue adiante.

Deixada livre a palavra e como ninguém fez uso, o Presidente deu por encerrada a sessão de cujos trabalhos eu, BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS, Presidente, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos membros da comissão de licitação.

Comissão de Licitações:


BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS
Presidente


ANTÔNIO HEBER COSTA
Membro


RONALDO CAMPOS DE SOUZA
Membro



GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Procedimento **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 13/2017.**

DESPACHO

1. Estado, o presente procedimento administrativo, devidamente autuado, contendo as informações necessárias fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação, da Assessoria Jurídica, do setor de Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dando conta da possibilidade de pagamento;
2. Tendo em conta, também, Douto parecer prévio da Assessoria Jurídica, informando a legalidade da inexigibilidade de licitação, pelas razões ali expostas, em razão da legalidade do procedimento, determino que seja realizado o pagamento de DUAS taxas de inscrição no evento/course "ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86", a ser realizado pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, nos dias 13 a 15 de SETEMBRO de 2017 na cidade de Maringá – PR.
3. Cumpra-se, procedendo-se a publicação nos termos da Lei.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 12 de SETEMBRO de 2017.


JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente



24

RELATÓRIO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

A Comissão de Licitação, reunida no dia 11 de setembro de 2017, às 17h, no prédio da Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, Paraná, para analisar e deliberar sobre o presente PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, autuado sob o n.º 13/2017, para pagamento de taxas de inscrição no curso ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86, a ser realizado pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME tem a relatar o que segue:

OBJETO DA INEXIGIBILIDADE: Pagamento de 2 taxas de inscrição no evento/curso ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86, a ser realizado pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, nos dias 13 a 15 de SETEMBRO de 2017, na cidade de Maringá – PR. Valor individual de cada inscrição de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A Comissão de Licitação propõe o pagamento do referido objeto, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93 c/c art. 33 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, eis que é inviável a competição. O objeto deste procedimento é participação em curso de aperfeiçoamento e capacitação pessoal. É fornecido por empresa especializada, exclusiva e única, inviabilizando a competição, configura-se a inexigibilidade. É o que se aplica no presente caso.

VALOR DO OBJETO: Pagamento de duas inscrições, no valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FORMA DE PAGAMENTO: As despesas decorrentes do processo correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas pelo Setor de Contabilidade e Tesouraria: Órgão 01 – Poder Legislativo; Unidade 01.01 – Câmara Municipal; Funcional 01.031.001 – Programa do Processo Legislativo; Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços Legislativos; Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviço de Seleção e Treinamento. O pagamento se dará por meio de operação bancária (depósito/transferência) on-line em conta bancária vinculada à fornecedora, após emissão da nota fiscal e do regular empenho.

CONCLUSÃO: Pelo exposto, com base no contido neste processo administrativo, a Comissão de Licitação emite parecer: o pagamento do objeto deste processo de inexigibilidade de licitação autuado sob o n.º 04/2017, constitui-se de situação de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c art. 33, da Lei Estadual (PR) n.º 15.608/2007, tendo em vista tratar-se de aquisição de 3 taxas de inscrição no evento/curso ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86, a ser realizado pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, nos dias 13 a 15 de SETEMBRO de 2017 na cidade de Maringá – PR.

Santo Antônio do Caiuá/PR, 11 de setembro de 2017.


BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS
Presidente


ANTÔNIO HEBER COSTA
Membro


RONALDO CAMPOS DE SOUZA
Membro



EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 13/2017

Procedimento ***INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 13/2017.***

OBJETO: Aquisição três inscrições para participação no curso "ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA – ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86", nos dias 13 a 15 de SETEMBRO de 2017 na cidade de Maringá – PR.

CONTRATANTE: *Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá*
CNPJ/MF n.º 01.589.918/0001-80

CONTRATADA: *SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME.*
CNPJ n.º 12.137.995/0001-16, com sede na Rua Ramiro Barcelos, n.º 152, Centro, CEP 85.955-000, fone 44 3687-1000, e-mail *contato@nstreinamentos.com.br*, na cidade de Maripá – PR.

LEGALIDADE: *Inexigibilidade fundamentada no inciso II, do art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93 e inciso II, do art. 33, da Lei Estadual (PR) n.º 15.608/2007.*

VALOR: *R\$ 900,00 (noventos reais).*

DOTAÇÕES: Órgão 01 – Poder Legislativo;
Unidade 01.01 – Câmara Municipal;
Funcional 01.031.001 – Programa do Processo Legislativo;
Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços Legislativos;
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviço de Seleção e Treinamento.

RATIFICAÇÃO: Acolho os argumentos constantes do relatório de justificativa de inexigibilidade de licitação, para execução do objeto do presente Procedimento de Inexigibilidade de Licitação sob nº 13/2017, ficando o órgão competente autorizado a emitir os documentos necessários para a plena consolidação do previsto neste processo, ratificando todos os atos praticados.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 12 de setembro de 2017.


JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente Câmara Municipal



publicação legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE

ESTADO DO PARANÁ
Rua José Vicente, 257 CEP 87.990-000
CNPJ 76.972.082/0001-08

PAG. Nº

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2017. PREGÃO PRESENCIAL 53/2017

DOCUMENTO:- Contrato

CONTRATANTE:- Município de Diamante do Norte - Paraná
CNPJ SOB N.º 76.972.082/0001-08

CONTRATADA:- RUY ALMEIDA DE SALES - ME, CNPJ - 75.181.172/0001-08.

OBJETO:- Prestação de serviços laboratoriais para realização de exames de análises clínicas, anatomia patológica para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DO CONTRATO:- R\$ 140.261,00 (cento e quarenta mil, duzentos e sessenta e um reais).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:- Os pagamentos serão efetuados parcelados conforme pedidos e quantidades dos produtos entregue, após empenho, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Prefeitura Municipal.

PRazo DE EXECUÇÃO E VIGENCIA:- O prazo de execução e vigência do presente contrato será de 05/09/2017 até 29/12/2017, após assinatura do Termo de Contrato. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado, nos termos do art. 57, Inciso II, parágrafos 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

Diamante do Norte, 05 de Setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIÚÁ

DECRETO Nº. 4.525
De: 12 de setembro de 2017

Abre crédito adicional **ESPECIAL** e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIÚÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.364 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício um crédito adicional **ESPECIAL** na importância total de até R\$31.646,57 (trinta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), segundo a seguinte classificação orçamentária:

AÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
	FUNDO UNIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
8.	Assistência Social	
8.243.	Assistência à Criança e ao Adolescente	
8.243.0023.	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
8.243.0023.0.204	Devolução Sobras Recursos Convênio 030-2015-FIA	
00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1005.03.04.01(769)	Convênio 030/15 - FIA-2015	2.347,94
1005.03.04.01(769)	Convênio 030/15 - FIA-2015	29.298,63
TOTAL		31.646,57

A cobertura do crédito adicional **ESPECIAL** autorizado na forma do presente Decreto, far-se-á mediante a utilização das seguintes fontes recursos:

AVIT FINANCEIRO		
	DENOMINAÇÃO	VALOR
1005.03.04.01(769)	Convênio 030/15 - FIA-2015	29.298,63
TOTAL		29.298,63
SSO DE ARRECAÇÃO		VALOR
ção na alínea de Receita codificada sob nº 1.3.2.5.01.10.14.00.00 - R.A.F. 56-5 - BCO DO BRASIL S/A, Fonte 101005.03.04.01(769) - Convênio 5 - FIA		2.347,94
TOTAL		2.347,94
TOTAL DO CRÉDITO		31.646,57

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São João do Caiúá, Estado do Paraná, 12 de setembro de 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIÚÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ - 01.589.918/0001-80

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

Procedimento **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2017.**

OBJETO: Aquisição três inscrições para participação no curso "ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA MUNICIPAL e ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 86", nos dias 13 a 15 de SETEMBRO de 2017 na cidade de Maringá - PR.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiúá
CNPJ/MF n.º 01.589.918/0001-80

CONTRATADA: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA - ME.
CNPJ n.º 12.137.995/0001-16, com sede na Rua Ramiro Barcelos, nº 152, Centro, CEP 85.955-000, fone 44 3687-1000, e-mail contato@nstreinhamentos.com.br, na cidade de Maripá - PR.

LEGALIDADE: Inexigibilidade fundamentada no inciso II, do art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93 e inciso II, do art. 33, da Lei Estadual (PR) n.º 15.608/2007.

VALOR: R\$ 900,00 (novecentos reais).

DOTAÇÕES: Órgão 01 - Poder Legislativo;
Unidade 01.01 - Câmara Municipal;
Funcional 01.031.001 - Programa do Processo Legislativo;
Projeto/Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Legislativos;
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
3.3.90.39.48.00.00.00 - Serviço de Seleção e Treinamento.

RATIFICAÇÃO: Acolho os argumentos constantes do relatório de justificativa de inexigibilidade de licitação, para execução do objeto do presente Procedimento de Inexigibilidade de Licitação sob nº 13/2017, ficando o órgão competente autorizado a emitir os documentos necessários para a plena consolidação do previsto neste processo, ratificando todos os atos praticados.

Santo Antônio do Caiúá - PR, 12 de setembro de 2017.

JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

Decreto nº 688/2017

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 115/2017 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
JULIO CESAR DA SILVA LEITE, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão nº 115/2017, de 10 de Agosto de 2017, que tem por objeto: Aquisição de equipamentos informáticos, eletrodomésticos e mobiliário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Terra Rica.
Art. 2º - Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe as seguintes empresas:
- ML TEIXEIRA EIRELI - EPP - cadastrada no CNPJ sob nº 20.050.438/0001-91 para fornecimento dos itens licitados nº 02 e 05 no valor total de R\$ 6.140,00 (Seis mil, cento e quarenta reais).
- FARIAS E KOSHIBA COMERCIAL LTDA - ME - cadastrada no CNPJ sob nº 26.442.656/0001-58, para fornecimento do item licitado nº 06 no valor total de R\$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais).
Art. 3º - Os itens de nº 01, 03 e 04 foram classificados como DESERTOS.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezessete. (12/09/2017)

Júlio Cesar da Silva Leite
Prefeito Municipal

Decreto nº 688/2017

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 115/2017 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
JULIO CESAR DA SILVA LEITE, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...


DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão nº 115/2017, de 10 de Agosto de 2017, que tem por objeto: Aquisição de equipamentos informáticos, eletrodomésticos e mobiliário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Terra Rica.
Art. 2º - Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe as seguintes empresas:
- ML TEIXEIRA EIRELI - EPP - cadastrada no CNPJ sob nº 20.050.438/0001-91 para fornecimento dos itens licitados nº 02 e 05 no valor total de R\$ 6.140,00 (Seis mil, cento e quarenta reais).
- FARIAS E KOSHIBA COMERCIAL LTDA - ME - cadastrada no CNPJ sob nº 26.442.656/0001-58, para fornecimento do item licitado nº 06 no valor total de R\$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais).
Art. 3º - Os itens de nº 01, 03 e 04 foram classificados como DESERTOS.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezessete. (12/09/2017)


Júlio Cesar da Silva Leite
Prefeito Municipal

27

Documento seguro, emitido com gravação automática no servidor de banco de dados do Município.

SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA CNPJ: 12.137.995/0001-16 RUA RAMIRO BARCELOS, 152 - CENTRO CEP: 85955-000 - Bairro: CENTRO Município: MARIPA - PR Telefone: (44) 36871484 Insc. Municipal: 742	Número da NFS-e 708	
	Situação Emitido	

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

 ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE MARIPÁ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	Autenticidade 0154870000246476	
	Data Emissão 14/09/2017	Hora Emissão 10:28:13

TOMADOR DO SERVIÇO

Razão Social		CPF/CNPJ
CÂMARA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ		01.589.918/0001-80
Endereço	Número	Complemento
PRAÇA PIONEIRO PRIMO ROSSATO	402	
Bairro	CEP	Cidade - Estado
CENTRO	87730-000	SANTO ANTONIO DO CAIUA - PR

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Serviço	Local Prest.	Alíquota	Sit. Trib.	Vlr. Trib.	Dedução	Vlr. ISSRF
802	7691	3.50 %	TI	900,00	0,00	0,00

Descrição do Serviço: Valor referente ao pagamento de 02 inscrições relativas ao curso sobre "Orçamento Público Municipal na prática - Elaboração e Análise do PPA e LOA na Câmara e Orçamento Impositivo no Município e a Aplicabilidade da EC nº 86." realizado no Hotel IBIS, na cidade de Maringá - PR, nos dias 13 a 15 de Setembro de 2017.

Base de Cálculo	Valor ISSQN	Valor ISSRF	Desconto	Valor Total	Valor Líquido
900,00	SIMPLES NACIONAL	0,00	0,00	900,00	900,00
IR	INSS	COFINS	PIS		
0,00	0,00	0,00	0,00		

Descrição dos subitens da lista de serviço em acordo com Lei Complementar 116/03

802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Legenda do local da prestação do serviço

7691 - MARINGÁ - PR

Outras Informações

TI - Tributada integralmente.

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

Não gera direito a crédito fiscal de IPI

(802) Serviço Tributado no município do prestador.

Autorização para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica: 12/2015 de 29/04/2015.

A data de vencimento do ISS quando o mesmo for devido no município do Prestador: 10/10/2017.

A veracidade das informações declaradas na NFS-e podem ser consultadas no site: www.nfs-e.net .

Valor aproximado dos tributos: Federais R\$ 121,05 (13.45%), Estaduais R\$ 0,00 (0.00%), Municipais R\$ 22,77 (2.53%), com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT.

Software FiscalWeb- IPM Sistemas - Protegido por Lei.

PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUA

Nota de Empenho

28
Data: 14/09/2017
Nº do empenho : 162/17
Ordinário
Processo :

C.N.P.J.: 01.589.918/0001-80

Município: SANTO ANTONIO DO CAIUA

Órgão: 01 - LEGISLATIVO
Unidade: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL
Funcional: 01.031.0001 - Programa do Processo Legislativo
Projeto/Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Legislativos
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.100001.01.07.00 (0001) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000009

Dotação Inicial:	75.000,00	Empenhos anteriores :	32.656,06
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	900,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	75.000,00	Total (B) :	33.556,06
		Saldo (A - B) :	41.443,94

Credor: 146 SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E
Endereço: RUA RAMIRO BARCELOS, 152 Cidade: Maringá UF: PR
C.N.P.J.: 12.137.995/0001-16 Inscr.Est./Ident.Prof.: 41106844851
Banco: Agência: Fone: 44 36871484
Conta Corrente: Fax:

Especificação: 1

PROVENIENTE AO PAGAMENTO DE 02 INSCRIÇÕES RELATIVAS AO CURSO DE ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL NA PRÁTICA - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO PPA E LOA NA CÂMARA E ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO MUNICÍPIO E A APLICABILIDADE DA EC Nº 86. REALIZADO NO HOTEL BIS, NA CIDADE MARINGÁ - PR, NOS DIAS 13 A 15 DE SETEMBRO DE 2017.

Fonte de recursos : Ordinário Total geral : 900,00

Fica empenhada a importância de 900,00 (novecentos reais)

Fundamento legal :

Modal. licitação : Inexigibilidade de Licitação

Número : 13/2017

Data :

Data :

Data :

Contrato :

Encarregado do serviço

Credor

JOÃO CARLOS DE SOUZA
PRESIDENTE

ANTONIO HEBER COSTA
CONTADOR CRC/PR 053515/O-8

MARIA LUIZA DE ALMEIDA

º SECRETÁRIO

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

Responsável

Data: 14/09/2017



A336181409094313011
18/09/2017 14:14:22

29

Transferência entre contas diversas

Debitado

Nome S ANTONIO CAIUA CAM MUN
Agência 992-X
Conta corrente 16272-8

Creditado

Nome SCHNEIDER TREINAMENTO E C
Agência 4639-6
Conta corrente 7000-9
Valor 900,00
Data Nesta data

Assinada por JB526740 JOAO CARLOS DE SOUZA
JB526747 MARIA LUIZA DE ALMEIDA

18/09/2017 14:13:00
18/09/2017 14:14:22

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JB526747 MARIA LUIZA DE ALMEIDA.